

**ENCONTRO DE ECONOMISTAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Porto, 5 a 8 de Abril de 1993

COMUNICAÇÃO

**Crises e Novos Rumos no Ensino da Economia nas
Complexas Encruzilhadas Actuais**

Carlos Pimenta

C050

Faculdade de Economia do Porto

Crises e Novos Rumos no Ensino da Economia nas Complexas Encruzilhadas Actuais

Carlos Pimenta¹

Faculdade de Economia do Porto

AMARGURAS E AUTOCRÍTICA

O professor de Economia Política é normalmente um cientista bem comportado. Reproduz verdades feitas, parece ser possuidor de uma lógica irrepreensível e de um domínio de laboriosas técnicas, é capaz de impressionar os estudantes fascináveis pela exactidão, contribui tranquilamente para a reprodução dos saberes feitos e das instituições universitárias. Simultaneamente é capaz de criar uma imagem que lhe propicie alguma promoção pessoal, algumas proximidades ao poder, algumas remunerações marginais susceptíveis de cobrir os parcos salários universitários.

A certeza com que aprenderam um conjunto de conhecimentos adquiridos, capazes de serem testados como científicos através das análises epistemológicas mais rigorosas, a reduzida necessidade em fazer revisões temáticas globais quando se ensina ao nível da licenciatura, uma certa sobreposição da técnica sobre o conteúdo científico, a estreita ligação entre o "bom comportamento" científico e a possibilidade de publicar artigos, os parâmetros limitados em que se movimentou o processo de mestrado e doutoramento, a tranquilidade psicológica que as certezas fornecem, a conveniência de gozar da admiração dos pares são suficientemente fortes para que muitos de nós não tenhamos sentido, nem por momentos, a triste sensação de que estamos a vender gato por lebre.

Admitamos, contudo, por um momento de irreverência, que somos capazes de ter um reflexão crítica sobre o que temos feito enquanto transmissores de conhecimentos de Economia Política, isto é, de Economia ou Ciência Económica, "ciência" para que não haja dúvida de que é disso que se trata.

Sabemos que existem diversas escolas do pensamento económico, que os seus graus de importância científica e social variaram ao longo da história, mas muito provavelmente limitamo-nos a transmitir as posições de uma delas, talvez do paradigma dominante, para que a respeitabilidade aumente. É certo que aqui e acolá esboçamos algumas dúvidas, que apelamos para o espírito crítico dos estudantes, mas o enxerto é artificial. A lógica do

¹Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

receptor, se já conseguiu fazer o corte epistemológico e situar-se nos campos da ciência, já estão demasiado marcados pelo paradigma dominante, já lhe penetrou o subconsciente e assumiu laivos fideístas impossíveis de permitir o caminho de outras formas de raciocinar.

Sabemos que o raciocínio apresentado só é válido na medida em que assumimos determinados pressupostos. Sabemos que a técnica de cálculo formulada, por muito complexa e rigorosa que pareça, mais não é do que um subproduto de uma determinada teoria. Em toda a resposta a uma problemática económica as hipóteses de partida são o fundamental. Sabemo-lo perfeitamente e até, provavelmente, temos sérias dúvidas sobre o seu grau de validade, sobre a importância ou não, do realismo das hipóteses para a validade dos modelos que formulamos. Fomos constatando que diversas abordagens interdisciplinares põem em causa, parcial ou totalmente, muitos dos nossos raciocínios ou que o simplismo com que os apresentamos é insuficiente. Conscientes de que mais importante que ensinar coisas é ensinar a raciocinar sobre elas não temos dúvidas que antes de mais deveríamos apresentar as hipóteses de partida e termos a coragem de dizer que muitas nunca foram demonstradas, outras nunca o poderão ser e outras ainda já foram rejeitadas por outras áreas do saber científico. Talvez tenhamos tentado alguns desses exercícios mas demasiado tímidos. É indubitavelmente mais tranquilo não levantar o véu da descoberta ou fazê-lo com os cuidados necessários para que nenhum aluno tenha a irreverência de solicitar que desenvolvamos a teoria com um conjunto de hipóteses de partida diferentes.

Sabemos que, dum ponto de vista estritamente científico, todas as escolas do pensamento económico actuais apresentam potencialidades e limitações. Talvez não as conheçamos de igual modo em profundidade mas não seria difícil de encontrar um diálogo profícuo susceptível de o demonstrar. É quase uma certeza nos meios científico que a realidade física e, por força de razão, social não é expressável por leis de comportamento linear e que a simplicidade dos modelos, protegida pela condição *ceteris paribus*, é uma simplificação abusiva em relação à complexidade da realidade e à crescente possibilidade conceptual de construir modelos complexos. Todos nós temos consciência de que a situação mais frequente, mais que não seja pelo jogo das probabilidades, pela não instantaneidade dos comportamentos humanos, pela espacialidade das acções, é a de "desequilíbrio"², mas a linguagem quase espontânea do economista é a do equilíbrio, da racionalidade, da harmonia do que é antagónico. A referência à "excepção", à "imprevisibilidade" do comportamento humano, à "complexidade" da situação, ao surgimento de "efeitos perversos" mais não é do

²A noção de "equilíbrio" é profundamente errónea. Em diversas partes deste trabalho chamamos a atenção para a necessidade de modificar a abordagem. Se o conceito de equilíbrio é inadequado também o é o de desequilíbrio. Empregamo-lo aqui apenas para ilustrar o que pretendemos dizer.

que autodefesas perante a fragilidade dos modelos. Bastará pegar em alguns poucos exemplos³ para constarmos a grande sensibilidade da dinâmica económica às condições iniciais, mas somos incapazes de inclui-las nos modelos, de analisar o grau de importância da teoria das catástrofes⁴ ou da teoria dos caos⁵ e, sobretudo, de levantar a hipótese de que muito do que hoje estamos a ensinar aos nossos alunos serão amanhã consideradas velharias conceptuais.

Admitamos ainda, em momento de maior irreverência, que pretendemos mudar a situação e que transmitimos todas estas nossas preocupações aos alunos. Admitamos que partimos na aventura colectiva da descoberta, da aprendizagem, do questionamento de todas as verdades feitas. Que acontecerá? Talvez um bloqueamento do processo pela instituição universitária, talvez uma crítica feroz dos alunos que sempre desejaram continuar a feitiçaria do poder estabelecido, talvez a reprovação noutras disciplinas do curso por parte dos alunos que revelassem maior capacidade de crítica, de descoberta, de investigação, de análise interdisciplinar, de capacidade de argumentação. Talvez ganhássemos uma reprovação nos graus académicos, no sacrossanto caminho da reprodução do sistema.

CONDICIONANTES DO ENSINO DA ECONOMIA

Talvez a imagem pessimista anteriormente referida não seja o quotidiano de muitos professores, de muitas disciplinas, de muitos grupos e departamentos, de algumas Faculdades e Institutos mas em muitas outras situações poderá ser uma fotografia demasiadamente lisonjeira.

O Ensino da Economia é o resultado da evolução do pensamento económico, da vida das instituições e das características pessoais do professor, em alguns casos dos alunos. É o resultado da articulação destes diversos aspectos.

³Desde as inclinações das curvas da procura e oferta à interacção entre o económico e o político, desde a possibilidade dos agentes económicos situarem-se fora das situação de racionalidade plena pré-concebida até aos elementos influenciadores do crescimento.

⁴Ver René THOM, "Crise et Catastrophe", Communication, nº. 25, 1976.

⁵Para uma primeira leitura sobre esta teoria aconselha-se James GLEICK, Caos, a Construção de uma Nova Ciência, 1989, Lisboa, Gradiva, pp. 420.

Aconselha-se também a consulta dos seguintes programas: Chaotic Dynamics Workbench, Chaos Demonstrations, Chaos Simulations, Chaos Data Analyzer, de Physics Academic Software.

Noutras partes deste trabalho se farão outras referências.

Em muitas situações, particularmente típicas em algumas épocas históricas, a Universidade foi essencialmente considerada como um local de investigação. A massificação do ensino superior veio gerar condições para uma modificação da situação, mas continuou a verificar-se a tendência para se subestimar as questões pedagógicas.

Essa investigação em Ciência Económica sem dúvida que produziu resultados, que melhorou a formação dos docentes mas nem se repercutiu integralmente sobre o ensino (por vezes chegou a ter impactos negativos por propiciar uma transmissão de conhecimentos especializada desinserida do contexto global de aprendizagem) nem foi capaz de romper com os modelos dominantes. A história do pensamento económico mostra que não existe uma negação entre construtores de novos paradigmas e o exercício da profissão académica (de que Alfred Marshall é um brilhante exemplo) mas também não há uma ligação inevitável. Nas situações em que os imperativos do avanço futuro está mais na ruptura do que na continuidade dos conceitos dominantes em Economia Política, a instituição universitária surge pesadamente conservadora.

Como afirma KATOUZIAN⁶, ao traçar um esboço de sociologia da profissão académica, na Universidade há uma concentração da investigação nos pequenos problemas, com esquecimento dos problemas de fundo, há um excesso de literatura irrelevante, "afogando" o que de bom pode aparecer, há uma aniquilamento da originalidade da investigação intelectual, particularmente nas ciências sociais, onde a moda e as regras do "colégio invisível" se impõem.

Existe um casamento perfeito entre o poder associado às escolas dominantes de pensamento, a sua função de reprodução do sistema de acordo com a correlação de forças económico-sociais existentes nos centros do imperialismo económico e cultural, e o papel transmissor e reproduzidor das instituições universitárias.

Sem dúvida que o grau de correspondência é diferente de escola para escola, depende do País, da conjuntura, da história da instituição mas a referência anterior é a dominante. À tentativa de fuga institucional a essa associação, a essa estreita ligação entre os conhecimentos ensinados e as reproduções ideológico-económicas exigidas pelas empresas e agentes económicos dominantes segue-se frequentemente o isolamento social da instituição pela via do mercado de força de trabalho. Num momento como o actual, tomando como referência a situação portuguesa, em que há uma deusificação da actividade empresarial, em

⁶Homa KATOUZIAN, *Ideologia y Método en Economía*, 1982, Madrid, H. Blume Ediciones, pp. 272. Sobre o assunto referido ver o ponto do capítulo 5 intitulado "A sociologia da profissão académica: a formulação básica de um modelo".

que o mercado é fideisticamente assumido como elemento regulador, a resolução de todos os problemas, em que a miopia teórica associa o fim das economias socialista, como eram conhecidas, com o obsolência do marxismo, a situação nas faculdades de economia é bastante propícia para uma sintonia entre neoclassismo, fideísmo mercantil e ensino da Economia.

A postura individual do professor é relevante. Influencia alguns grupos de estudantes, cria espaços de visão alternativos, condiciona a investigação e a aprendizagem. Cria algumas condições para o aparecimento de novos horizontes de construção teórica. É particularmente importante mostrar-se a possibilidade de espaço de liberdade intelectual, de irreverência, de confronto democrático e construtivo de diferentes formas de encarar a realidade económica, de ler o que nos rodeia. Sem docentes com uma visão transformadora da realidade esta não mudará tão facilmente. Contudo não é aí que se encontram as principais forças transformadoras da realidade do ensino da Economia, por muito "carismáticos" que sejam esses professores. A sua capacidade de intervenção é limitada.

Sinteticamente poderemos dizer que o grau de desenvolvimento da Ciência Económica e as relações de dominação entre paradigmas é o factor mais importante na determinação do tipo de Ensino da Economia que se tem.

No desenvolvimento da Economia intervêm factores internos e externos. Na correlação de forças entre modelos e correspondentes "colégios invisíveis" intervêm, essencialmente, factores externos. Assim, embora admitindo a autonomia relativa do cultural, do científico e da Universidade, por vezes com uma durabilidade maior que as formações sociais, somos forçados a concluir que a correlação de forças económico-social nacional e internacional é o que mais explica as características do ensino da Economia.

VITALIDADES E CRISES

A Economia Política é uma ciência social respeitável- Não tanto pela sua idade avançada mas essencialmente pelo importante caminho percorrido desde o seu aparecimento, talvez com Quesnay, talvez com Adam Smith. A sua história não é linear, nem todos os intervenientes na sua construção contribuíram para o seu desenvolvimento. As revoluções científicas também tiveram contra-revoluções. A sensibilidade da Economia aos impactos sociais das suas descobertas, a estreita ligação entre a correlação de forças social e o desenvolvimento do pensamento económico fizeram com que alguns dos problemas inerentes

a uma determinada fase do desenvolvimento conceptual não fossem respondidos e em vez de se encontrarem soluções para problemáticas evidentes se as redefinissem.⁷

A conflitualidade interna apresenta-se, frequentemente, mais como potencialidade, como vitalidade, como expressão da heterogeneidade social do que como fraqueza ou debilidade.

Transportando aqui e além alguns complexos de inferioridade em relação à chamadas ciências exactas, incapaz de ser a física do comportamento humano que os utilitaristas imaginaram poder construir, também utilizou aqui e além metodologias e lógicas que viriam a ser adoptadas por outras ciências numa data posterior⁸. Resolveu alguns desses complexos de inferioridade através do sistemático recurso às matemáticas, por vezes de forma tão abusiva que conseguiu encobrir a própria realidade através do manto diáfano do formalismo.

Queremos com tudo isto dizer que o seu percurso não tem sido simples, que não existe uma história da Economia política mas diversas histórias justapostas. Queremos dizer que no meio desta complexidade de sentidos contraditórios é possível retirar algumas linhas de desenvolvimento, algumas vertentes da sua importante vitalidade.

Uma sua primeira manifestação é o refinamento técnico a que muitas análises económicas recorrem. Basta verificar o desenvolvimento obtido pela Econometria para, de alguma forma, termos uma antevisão dessa realidade. Esta vertente está bastante presente no Ensino da Economia e é importante que tal aconteça, mesmo tendo presente que pode ser acompanhada por efeitos perversos. Convirá, como dissemos, não encobrir as hipóteses de partida, a realidade económico-social, com tais formalismos. O Ensino da Economia não pode abdicar da formalização, não pode deixar de mostrar aos estudantes a grande diversidade de procedimentos, conhecidos ou por descobrir, que estão ao seu alcance, desde que tal não sirva, no dizer de GALBRAITH⁹, para desviar as atenções do que é fundamental, enquanto a harmonia matemática não fizer esquecer as contradições da realidade social.

⁷Temos definido a tese de que depois de Adam Smith, Ricardo e Marx o problema da Economia seria analisar como compatibilizar as leis de funcionamento global da sociedade com o comportamento individual, como adequar "determinismo" macro com "livre-arbítrio" (que segundo os utilitaristas seria regido por leis deterministas) micro. A escola austríaca mudou radicalmente a problemática, deixando até hoje sem resposta um dos problemas mais importantes da Economia.

⁸Veja-se, por exemplo, a utilização das leis probabilísticas na explicação dos fenómenos.

⁹John Kenneth GALBRAITH, *Economia e Bem Público*, 1978, Lisboa, Dão Quixote, pag. 45 (o apresentado entre '' é da autoria de John G. Gurley):

Uma segunda manifestação da vitalidade da Economia Política está na grande diversidade de temáticas que pode tratar, na possibilidade de extrapolar uma determinada metodologia a outras áreas do saber. A Economia já chegou a um tal grau de especialização que é impossível um economista conhecer, muito menos dominar, todas essas diversas áreas. Esta grande riqueza de temáticas, a tentativa de resposta a novas, e a especialidade da actividade científica manifestam-se tão vincadamente que o ensino da Economia manifeste-o acentuadamente.

A questão fundamental, do ponto de vista pedagógico é saber se a especialização científica se deve reflectir na especialização na transmissão de conhecimentos. Existe uma tendência espontânea para que tal se verifique (mais que não seja pela "lei do menor esforço" ou pelo empenhamento dos investigadores transmitirem as suas preocupações e descobertas) mas tal especialização deve ser analisada cuidadosamente. A especialização no ensino pode ser, face ao escasso tempo, a negação de uma sólida formação de base.

A especialização em Economia é frequentemente acompanhada de uma fragmentação, por uma divisão artificial entre especialistas que não reflecte um processo de aprofundamento de conhecimentos mas uma incapacidade dos diversos paradigmas de darem uma resposta articulada segundo diversas ópticas. Reflectir essa fragmentação no ensino seria a incapacidade de compreender o todo económico-social. A preocupação de transmitir aos estudantes uma sólida formação base pode entrar em conflito com a preparação dos docentes, cada vez mais ligados a uma especialização, a uma escola de pensamento, a um estrito conjunto de preocupações.

Uma terceira manifestação da vitalidade da Ciência Económica parece ser a sua projecção social e política. Temos de ser cautelosos nesta associação entre a investigação económica e o ensino da economia com o poder, com a política, porque ela é susceptível de revelar impactos contraditórios. É positiva na medida em que revela que a Ciência Económica é capaz de tratar assuntos relevantes para a vida das pessoas, das sociedades, e que as instituições reconhecem na Economia Política um suporte da Política Económica e o carácter decisivo desta. É negativo na medida em que, frequentemente, enfeuda a investigação à actividade política, associa demasiado o trabalho realizado nas Universidades com a acção das classes dominantes.

Se o economista está suficientemente 'embrenhado nos seus dados e nas suas técnicas' pode não prestar atenção às consequências sociais -- visto que a sua atenção se concentra noutra coisa, e até pode sem dano para a consciência 'suportar um sistema que maltrata grandes quantidades de gente'

Estes indicadores de progresso científico não podem encobrir a crise da Ciência Económica.

Esta crise têm muitos aspectos que não são de hoje mas o desenvolvimento científico e tecnológico do mundo contemporâneo, as profundas contradições económicas, sociais, culturais, ideológicas que o atravessam, algumas dificuldades reveladas mais intensamente nas últimas décadas, põem-na a descoberta de forma particularmente vincada. Já noutros trabalhos procurei configurar esta crise:

O afirmado assume que existe uma crise científica na reprodução da Economia Política (...). Assumimo-lo não porque seja um lugar comum afirmá-lo, e é-o desde a «falência» do keynesianismo, mas porque existem situações claras que a configuram: dificuldades em encontrarem-se soluções para diversos problemas económicos que afectam a humanidade; hiato entre a construção científica e a prática dos agentes; forte conflitualidade interna; desperdício das energias de investigação em problemas menores; embaraço de as teorias dominantes abarcarem velhas e novas realidades.

Os sintomas de crise científica existem mas a sua leitura não deve ser simplista. Por um lado, não se podem considerar deficiências da ciência social o que constituem contradições objectivas da sociedade. (...) Por outro, não se pode pretender aniquilar, à luz do que é suposto acontecer nas ciências da natureza, uma conflitualidade interna que é a expressão científica da consciência possível das classes e camadas sociais, de cientistas e meios académicos em que se inserem. Finalmente, não é legítimo localizar a origem da presente crise na falência do keynesianismo mas antes na hegemonização do ricardianismo, na marginalização do marxismo e na expansão do utilitarismo.¹⁰

A esses sintomas acrescentaríamos, hoje, a deficiente avaliação dos acontecimentos históricos mais recentes.

Se se perguntasse a um homem do início do século XIX o que seria previsível que acontecesse durante os dois séculos seguintes, se se admitisse a hipótese de ir à Lua ou de acabar com a fome no nosso planeta, a grande maioria inclinar-se-ia, de certeza absoluta, para a segunda hipótese. Falhariam totalmente. A fome continua a existir em vastas regiões de subdesenvolvimento, coabitando espacial e temporalmente com a maior opulência. A carência nos bens mais essenciais à vida humana coincide com a prática de destruição de bens sem que haja qualquer possibilidade de explicação racional do fenómeno, mesmo à luz do sacrossanto direito da propriedade privada. Os estudos económicos sobre o

¹⁰Carlos PIMENTA, "Crise e Valor. Notas avulsas sobre a crise da economia política e as funções da teoria do valor", *Vertice*, II Série, nº 14, pag. 51/2

subdesenvolvimento multiplicaram-se, as instituições internacionais viradas para essa questão existem e funcionam, as políticas económicas e as "ajudas" multiplicam-se e a mais importante descoberta foi deixar de falar em «subdesenvolvimento» e passar a designar essas economias, à luz das noções rostowianas, de «em vias de desenvolvimento».

Referimos o subdesenvolvimento para ilustrar aspectos da incapacidade da Economia Política (embora não se possa imputar a esta todas as falências da Política Económica) mas muitos outros exemplos poderiam ser encontrados: desigualdades de rendimento; sistema monetário internacional, degradação da natureza, inflação, previsão e controlo das crises, desequilíbrios estruturais e conjunturais das balanças de pagamento. Poderíamos referir o predomínio do "conjuntural" sobre o "estrutural" na intervenção económica.

A segunda ilustração da crise está na deficiente avaliação dos acontecimentos históricos mais recentes, particularmente no países do leste europeu. A profundidade das transformações económicas verificadas justificaria um debate atento sobre o que tinha existido e sobre o que passou a existir, sobre a lógica da transição às economias de mercado, sobre o significado deste termo. Justificaria repensar a economia mundial e a articulação dos diversos espaços. Sem dúvida que houve reflexões nesse sentido, que existiram debates, artigos, conferências, mas estiveram bastante aquém das necessidades e das possibilidades. Esteriotipou-se as transformações, assumiu-se que o retorno ao "mercado" era o regresso inevitável ao "natural". Os paradigmas dominantes aproveitaram para apregoar a falência do marxismo sem o conhecer, sem ter percebido que a Economia Política marxista mais solidamente construída é a de análise do capitalismo.

Dissemos anteriormente que a conflitualidade interna da Economia Política não é uma mera manifestação de imaturidade científica mas antes a expressão da conflitualidade da própria realidade social. O problema principal talvez não esteja na diversidade de escolas mas na excessiva dominância de uma. Qualquer análise é capaz de revelar que existe nos diversos paradigmas, nas diferentes teorias gerais e específicas, potencialidades e deficiências. Em diversos trabalhos procuramos mostrar que é racionalmente possível analisar as vantagens e inconvenientes das diversas teorias, articular os diferentes contributos ora através de uma hierarquização conceptual ora através da elaboração de novos paradigmas. Somos partidários da tese de que é racionalmente possível conciliar leituras divergentes da realidade através da modificação de algumas hipóteses de partida. É uma excelente oportunidade para modificar alguns dos axiomas anquilosados.

Estamos convencidos que um espírito democrático na elaboração do saber científico, uma troca de posições entre economistas com formações diferentes seria capaz de contribuir decisivamente para novas leituras da realidade económico-social. Grande parte das polémicas

actuais, grande parte das discussões exclusivamente centradas em keynesianos e neoclássicos é uma mistificação desta necessidade.¹¹ Se não temos dúvidas sobre a importância destes contributos já o temos muito mais sobre a possibilidade de realiza-lo no quadro actual de formação limitada.

A análise estática e estático-comparada é o campo de formação inicial dos estudantes de Economia. O tempo e o espaço ou são variáveis inexistentes ou assumem-se como categorias absolutas, preexistentes, independentes das variáveis e sem relação entre si. Como último refúgio existe uma situação em que todos os diferentes espaços, tempos, vontades, racionalidades e episódicas irracionalidades se conciliam num equilíbrio apaziguador. A cláusula *ceteris paribus* surge em todas as situações restringindo a observação a um número limitado de variáveis e, simultaneamente, limitando a capacidade de raciocinar sobre a complexidade da realidade. O equilíbrio serve como ponto de chegada mas também é normalmente considerado como ponto de partida, fazendo com que não seja necessário tomar em atenção a sensibilidade do processo ao ponto de partida. Compreendendo-se que o económico é parte do social e que este tem uma história talvez sejamos capazes de admitir que as situações económicas não se repetem (também por isso a amargura da impossibilidade de uma experimentação completa) mas somos incapazes de traduzi-lo nos modelos. Em síntese, somos bastante limitados ao raciocinar em termos complexos, de não linearidade, de sensibilidade à situação inicial.

A Psicologia Económica vai revelando categoricamente o afastamento do agente económico da racionalidade que lhe é atribuída, a informática e os trabalhos de inteligência artificial vai permitindo ensaiar situações complexas e fazer aproximações à experimentação, as matemáticas vão construindo os modelos que permitem repensar de forma inovadora a realidade económico-social, a econometria refina os métodos de tratamento da informação, a política económica vai reconhecendo sistematicamente a debilidade dos instrumentos de Economia Política que lhe serve de suporte mas nós continuamos a raciocinar na base de iso-qualquer-coisa. Cada vez mais se reconhece que as teorias do caos podem ter a ver com a Economia mas, não vá o diabo tecê-las, antes que aquela comece a pôr em causa o saber

¹¹Ilustremos o que dizemos com a curva de Philips. Depois de fazermos uma análise cuidada do seu conteúdo e aplicabilidade à realidade portuguesa procuramos, em trabalho de síntese da investigação levada por um grupos de economistas, discutir quais eram as suas heranças teóricas. Chegamos, então, à conclusão de que o conteúdo do artigo de Philips estava integralmente de acordo com diversas análises de Ricardo, se enquadrava bem no marxismo e sem dificuldade no keynesianismo, e que era a negação das teses neoclássicas. Continuamos a defender esta postura. No entanto quase todos os trabalhos deste tipo limitam-se a considerar a dicotomia neoclássicos-keynesianos.

oficial os defensores das várias escolas já começaram a tentar domesticar aquela, repetindo bastante do exercício que fizeram com o desenvolvimento da Psicologia Económica.

Associado a alguns dos aspectos anteriormente focados mas ultrapassando o seu âmbito, podemos constatar com relativa facilidade o irrealismo de muitas das hipóteses de partida dos modelos construídos. A validação do modelo pela capacidade previsional, o encobrimento do conflito por detrás de meias verdades epistemológicas, as manifestações de idealismo que muitos não se arriscam a apresentar cabalmente exprimem a frequente dissonância entre os modelos e a realidade. A concorrência perfeita é a referência sistemática apesar dos apelos demonstrativos do maior realismo da concorrência monopolista¹². A fuga a uma definição de Economia ou a sua transposição para o campo da gestão e do teleológico harmoniza-se com as debilidades anteriormente referidas.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Perante esta situação a Universidade é mais um local de gestão medíocre das potencialidades e de escamoteamento das manifestações de crise do que de reflexão inovadora, de transformação.

Com efeito muitas das potencialidades e vitalidades da Economia Política estão presentes no ensino da Economia mas apresentam, também elas, efeitos contraditórios: o refinamento técnico pode fazer esquecer a realidade, ao mesmo que tempo que está marcado por princípios metodológicos e hipóteses de partida que limitam o seu alcance; a diversidade de domínios abordados pela Economia está associada a uma fragmentação da Economia e leva o estudante a uma especialização antes de assimilar os fundamentos, ao mesmo tempo que reduz o número dos docentes capazes de transmitir essa formação essencial, básica; a projecção social e política pode enfeudar a investigação e os investigadores a modas, correlações de forças, poderes, restringindo a investigação básica e reforçando o carácter conservador das instituições universitárias que ensinam Economia.

Quanto às manifestações de crise a Universidade gere-as espectacularmente, tentando transforma-las em virtudes. Reproduz o saber constituído, ignorando, esquecendo ou encobrindo as suas fragilidades.

Já se disse anteriormente que o panorama é diferente conforme o tempo, a região, a instituição, o departamento, o professor, o aluno. Se a correlação de forças é o resultado da interacção complexa de poderes parciais, se a conflitualidade teórica existe, se o espírito

¹²Refira-se, a este propósito, Joan ROBINSON.

crítico de Descartes e Marx continuam a pesar na cultura em que nos formámos, se a racionalidade faz parte do prazer de viver do intelectual, se tudo isto integra as nossas vidas seria inevitável existir experiências de remar contra a maré ou, pelo menos, não se deixar pacificamente arrastar por aquela. Continuamos, contudo, convencidos que essas experiências não devem ser sobrevalorizadas, não são capazes, só por si, de modificar o tipo de ensino da Economia actualmente existente: excelente para uns, medíocre para outros, remuneratoriamente compensador para muitos.

PISTAS DE INVESTIGAÇÃO

Se o ensino da Economia é, em grande medida, determinado pelo grau de desenvolvimento científico dessa área disciplinar uma forma de influenciar significativamente este é contribuir para a mudança de rumo daquele. Se ambos estão condicionados pela correlação de forças social a alteração desta seria um contributo decisivo para resolver muitas das actuais dificuldades, mesmo admitindo que outras surgiriam porque outras correlações de forças se imporiam. A cidadania de cada um poderá orientá-lo nesse sentido mas está fora das preocupações desta comunicação. O que se propõe é aproveitar a autonomia relativa do cultural, do científico, do pedagógico, a autonomia relativa das instituições e dos economistas, a autonomia relativa deste Encontro. O que se propõe tem a modéstia e o orgulho de se exprimir em português.

Do ponto de vista científico estamos convencidos, até prova em contrário, de que uma modificação profunda da maneira de pensar o económico passa, isolada ou cumulativamente, pelo repensar dos fundamentos filosófico-económicos dos diferentes paradigmas, pelo confronto de ideias susceptível de abalar os "colégios invisíveis" e de permitir a retenção dos aspectos positivos das diversas teorias; pelo reforço da interdisciplinaridade; pela avaliação da Economia Política à luz da teoria do caos como instrumento de fomento de um novo modelo global.

Em relação à primeira vertente temos tido oportunidade de insistir na nossa concordância com GODELIER quando afirma que "a questão da racionalidade é, pois, ao mesmo tempo a própria questão epistemológica da Economia Política enquanto ciência"¹³, deduzindo-se a necessidade de clarificar o seu conteúdo. Tal percurso não passa por uma selecção entre os diversos sentidos atribuídos àquela pelas diversas escolas do pensamento, na atribuição de um epíteto de bom ou mau, mas antes pela constatação de que cada uma dela

¹³Maurice GODELIER, Racionalidade e Irracionalidade na Economia, s.d., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pag. 18

é a expressão de uma consciência possível de uma determinada classe, grupo social ou investigadores. Por outras palavras, sendo nós também marcados por esses limites de observação da realidade, "pretendemos chamar a atenção para a existência de diferentes, qualitativa e quantitativamente, racionalidades -- atribuindo-lhe o sentido materialista (...)--, para as relações entre elas, para a correspondência entre racionalidade, agentes, homem-cidadão e coerência lógica dos modelos sobre o económico."¹⁴ Mais, "repensar a racionalidade só é exequível do exterior desse conceito". Repensar a racionalidade é repensar as racionalidades, a sua articulação, as suas conjunturas:

A racionalidade em profundidade e a racionalidade de superfície desdobram-se, na sua articulação, em diversas racionalidades, coexistindo ou habitando diferentes áreas e tempos do tecido social, articuladas na relação entre consciência possível e consciência real. A maior capacidade explicativa da consciência em profundidade, categoria associada a uma conceptualização teórica, traduz-se, objectivamente, na delimitação da operacionalidade da racionalidade de superfície, categoria esta de uma conceptualização teórica diferente. Esta gera uma dada situação localizada no espaço e no tempo considerada "normal", enquanto as crises são a expressão da inadequação da racionalidade de superfície em relação à racionalidade em profundidade.¹⁵

Se a interdisciplinaridade é elemento integrante do esforço de reconstrução anteriormente referido ela assume uma dimensão própria, ela é susceptível de, só por si, servir de base a um projecto científico. Que interdisciplinaridade e com que objectivos? Limitando-nos à interdisciplinaridade operatória a resposta não é simples, tanto mais que ela tem sido usada para fins múltiplos, nem sempre legítimos. As disciplinas científicas consideradas de fronteira e importantes por parte da Economia depende do modelo geral de referência em que assenta. Provavelmente a Economia Política neoclássica privilegiará a Psicologia, a keynesiana a Psicologia Social e a marxista a História. Simultaneamente outras ciências com as quais deveria haver um forte entrelaçamento são secundarizadas¹⁶. Mesmo partindo do princípio de que nenhuma interdisciplinaridade deve ser subestimada é inevitável algumas hierarquizações. Seríamos tentados a chamar a atenção para três áreas de colaboração científica: com a Sociologia pela elementar razão de que o económico é uma parte do social e de que existem intercepções entre os respectivos objectos teóricos; com a

¹⁴Carlos PIMENTA, "Economia Política e Racionalidades", Estudos Econômicos, Vol 20, nº especial, 1990, pag. 56.

¹⁵Carlos PIMENTA, "Economia ...", ob. cit., pag, 56/7

¹⁶Provavelmente o caso mais flagrante é o da Geografia.

Psicologia porque os pressupostos sobre o comportamento humano são uma pedra basilar do modelo hoje dominante, havendo que estudar a sua validade; com a Matemática porque não só fornece um instrumento de linguagem exacta e economiza fases na investigação económica mas também, e seria mais nesse sentido que insistíamos, porque ela consubstancia alguns dos mais notáveis desenvolvimentos da teoria do caos.

A dificuldade desta vertente não está apenas na escolha das prioridades de interdisciplinaridade e na selecção dos temas concretos de investigação, mas também na utilização que pode ser dada aos resultados da pesquisa. Hoje a Sociologia Económica é uma realidade. Hoje a Psicologia Económica já forneceu importantes contributos sobre o comportamento dos agentes económicos. Hoje é inequívoco que muitas hipóteses de partida da Economia são totalmente falsas. Contudo a Economia Política não as modificou, não reelaborou a sua teoria. Ora a importância que atribuímos a estes projectos de fronteira é exactamente o de fornecer hipóteses alternativas para uma reconstrução da Economia¹⁷. Como temos insistido noutras oportunidades a Psicologia Económica, e não só, já forneceu elementos suficientes para rever os fundamentos de muitos modelos.

Para finalizar este sobrevoo sobre hipóteses de investigação, ainda alguns aspectos sobre a aplicabilidade da Teoria do Caos. De grande impacto em algumas áreas científicas, enquanto novo modelo susceptível de uma leitura mais completa da realidade envolvente ou enquanto capaz de forjar alguns instrumentos de análise úteis e inovadores, a Teoria do Caos ainda não perturbou significativamente as consciências dos investigadores económicos. É certo que já começa a aparecer alguma literatura sobre o assunto, mas muita tem um conteúdo que nos parece deficiente: partem de modelos anteriormente elaborados pela Economia Política e procuram mostrar como eles convergem com problemáticas da Teoria do Caos ou como podem ser tratados por esta. É um percurso susceptível de permitir algumas descobertas mas que levará quase inevitavelmente à "domesticação" da teoria do caos, à sua leitura neoclássica.

É certo que em cada época existem lógicas heterodoxas que, de alguma forma, se constituem como moda e, com a mesma velocidade que aparecem, reduzem-se a algumas poucas obras que ficam compondo a estante. Estamos, contudo, convencidos que a Teoria do Caos é uma reformulação profunda da maneira de pensar a realidade envolvente:

¹⁷Esta situação tem sido escandalosamente rara. Qualquer especialista de marketing minimamente atento terá modelos comportamentais do consumidor como referência que há muito ultrapassou o simplismo da lei da utilidade marginal decrescente, mas os economistas, pelo menos enquanto utilizadores das teorias, continua no simplismo reducionista de Marshall.

Parece-nos que a TC transcende os limites de uma ferramenta matemática pois induz a mudanças mais gerais até na maneira de raciocinar. Por esta razão, cabe levar seus ensinamentos a apoiar também argumentos e ponderações em abordagens outras, mesmo quando se desenvolvem exercícios que não são formalizados matematicamente, mas que nem por isso são menos rigorosos.¹⁸

Uma observação da realidade económica mostra que a evolução de um qualquer processo é bastante sensível às condições iniciais¹⁹; revela que variações infinitesimais de uma dada variável permite passar de situações de "equilíbrio" para situações de "desequilíbrio" e reciprocamente; detecta repetições e similitudes, em diferentes escalas, de determinados processos. A Economia sempre se defrontou com a dificuldade de articular o determinismo clássico das leituras macroeconómicas com o o livre-arbítrio condicionado do comportamento individual, expressão económica do tradicional problema filosófico da relação entre liberdade e necessidade, o que, provavelmente, constitui campo de aplicação do determinismo caótico.

Provavelmente a Teoria do Caos permite integrar numa única leitura das realidades a lei e a excepção, o "normal" e o "efeito perverso", unificar os modelos simples com os modelos complexos, utilizar de uma forma inovadora o "princípio da causação circular e cumulativa"²⁰, superar a incapacidade de fazer previsões perfeitas, explicar as "turbulências" aleatórias e temporárias²¹. E todas estas questões têm grande actualidade na Ciência Económica.

Impõe-se a Economia Política levantar novas problemáticas, reformular as antigas, manter as válidas, encontrar novas formas de responder-lhes. Trata-se de utilizar o instrumental matemático já disponível mas, essencialmente, de pensar de forma diferente.

A diversidade de consciências possíveis associada à heterogeneidade e conflitualidade social farão com que existam sempre diferentes leituras da realidade económico-social, uma

¹⁸Fred KATZ, "Teoria do Caos. Só para Matemáticos?" (1ª versão), comunicação ao 1º Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, 1993, pag. 17

¹⁹Sobre esta vertente da teoria do caos ver, numa abordagem simultaneamente simples e profunda David RUELLE, Hasard et Caos, 1991, Paris, Edition Odile Jacob, pp. 245

²⁰Ver Fred KATZ, "Teoria...", ob. cit., pag. 20

²¹Ver Richard M. GOODWIN & Pier Mario PACINI, "Nonlinear Economic Dynamics and Chaos: an Introduction", Macroeconomics - A Survey of Research Strategies, 1992, Oxford, Oxford University Press, pag. 236/91

conflitualidade interna. Contudo não é necessário que as diversas escolas se desconheçam mutuamente, reduzindo-se a um quase sistema fideísta. A revisão dos fundamentos da Economia Política anteriormente proposta ou a utilização da Teoria do Caos como ponto de partida para uma análise global não se coadunam com essa incomunicabilidade. Pensamos que não existe sectarismo ou ignorância das teorias alheias que seja susceptível de negar o que a razão mostra como evidente: a investigação só terá a ganhar com um ambiente de confronto de ideias, de liberdade e tolerância mútua, de racionalidade. FEYNMAN²² afirmava, com razão, que o cientista quando fala de assuntos exteriores à sua área de especialização intelectual fá-lo com a lógica do conhecimento corrente e não do conhecimento científico. Parafraseando-o diríamos que quando um economista fala das correntes do pensamento económico que não perfilha, fá-lo com excessivos níveis de ignorância. Esta situação é intolerável.

MUDAN

Poderemos, e devemos, interrogar-nos sobre se existem forças suficientes para introduzirmos estas áreas de investigação nas práticas correntes das instituições. É uma reflexão que fica em aberto, sem termos a preocupação de responder. Apesar desta ausência de reflexão não poderíamos terminar estas linhas sem esboçar algumas hipóteses de modificação do ensino da Economia susceptíveis de contribuir para novos rumos. Assumimo-las como utopias não porque sejam irrealizáveis mas porque não medimos a sua exequibilidade imediata.

A primeira proposta chama a atenção para a importância de conciliar a inevitabilidade e as vantagens da especialização em subáreas da Economia Política com uma formação generalista ou, por outras palavras, em considerar a formação de economistas generalistas como uma das especializações nas licenciaturas, nos mestrados e nos doutoramentos. Esta formação generalista não é melhor nem pior que as outras formações, é diferente. Exige uma formação especializada essencialmente centrada na discussão dos fundamentos da ciência e

²²Ver FEYNMAN, Nem sempre a brincar, sr. Feynman - Novos elementos para o retrato de um físico enquanto homem, 1989, Lisboa, Gradiva, pp. 261

²³Por heterodoxa pretendemos englobar diversas situações: conhecimento de diversas correntes do pensamento económico, formação mais aprofundada em algumas delas, combinação de uma formação económica com preparação noutras áreas disciplinares (porque não Psicologia? porque não Geografia? porque não Antropologia, porque não Engenharia?...)

na articulação dos modelos existentes, exige uma combinação de formação económica com uma formação filosófica e interdisciplinar. O que defendemos é que este tipo de formação, provavelmente ainda de difícil aceitação pelo mercado de trabalho, tem razão de existir, tem um papel particularmente significativo nas estruturas de ensino, de investigação e pode ser útil noutras situações. Uma formação deste tipo não pode ser deixada ao autodidactismo ou à espontaneidade individual. Deve ser uma preocupação institucional.

A segunda proposta é que as instituições de ensino superior de economia combinem a capacidade de responder às necessidades do mercado de licenciados e pós-graduados com a necessidade de dar uma formação mais heterodoxa²³, permitindo que cada estudante desenvolva mais cabalmente as suas capacidades intelectuais. A concretização deste objectivo não é fácil e pode assumir muitas facetas. Exige sempre que o Ensino de Economia parta de uma formação generalista para uma formação especializada, sendo a velocidade de mudança variável conforme as circunstâncias. Exige sempre que a transmissão de conhecimentos seja um processo de sistemática interrogação, de aprendizagem por professor e aluno, de associação entre docência e investigação, mas também de grande relevância das vertentes pedagógicas, de profissionalismo. Poderá assumir a forma da coexistência de organismos de ensino massificado com outros de ensino tutorial, da quase "obrigatoriedade" de existência de abordagens segundo diversas escolas do pensamento, de possibilidade dos estudantes juntarem uma formação obtida nas Escolas de Economia com alguma aprendizagem obtida noutras instituições de ensino superior. Desde cedo deve ser fornecido ao estudante um conjunto de técnicas de estudo e, essencialmente, de investigação, as quais deverão ser progressivamente completadas com uma formação epistemológica à medida que a aplicação desses conhecimentos se verifique.

É necessário que as iniciativas culturais, as conferências, as visitas, as tertúlias, os espaços de debate e diálogo, passem a fazer parte da actividade escolar normal, do funcionamento da instituição, do preenchimento das unidades de crédito. É uma forma de simultaneamente fomentar a curiosidade intelectual, abordar muitos dos problemas actuais (social ou teoricamente) que não têm espaço nas disciplinas, é criar pela prática hábitos de diálogo e de debate de ideias, de estreitamento das relações entre docentes, investigadores e alunos, de dissociar a estreita relação entre transmissão de conhecimentos e avaliação

²³Por heterodoxa pretendemos englobar diversas situações: conhecimento de diversas correntes do pensamento económico, formação mais aprofundada em algumas delas, combinação de uma formação económica com preparação noutras áreas disciplinares (porque não Psicologia? porque não Geografia? porque não Antropologia, porque não Engenharia?...)

Provavelmente as formas de funcionamento das nossas instituições não estarão adaptadas a estas sugestões. Associadas a elas está uma revisão profunda das formas de funcionar, da relação professor-aluno, das relações de poder.

15 de Março de 1993